

PUBLICAÇÃO
QUINZENÁRIO OFICIAL DE CABEDELO
(Lei n.º 974 de 16/11/1999)

Dia 01 a 15 / 02 / 2005

Saís Cristina Y. Soares
VISTO

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO
GABINETE DO PREFEITO

Lei N.º 1222

De 02 de fevereiro de 2005

INICIATIVA
Prefeito: José F. Régis
Câmara Municipal de Cabedelo-PB
Deputado
VISTO

INSTITUI NOVO PROGRAMA DE
RECUPERAÇÃO FISCAL DE CABEDELO
- REFICAB V - QUE DISPÕE SOBRE A
CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS
EM ATRASO, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CABEDELO (PB):

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica instituído o novo Programa de Recuperação Fiscal de Cabedelo - REFICAB V, que disciplinará a regularização de débitos fiscais junto a Fazenda Municipal de Cabedelo, de pessoas físicas ou jurídicas, lançados ou não, inscritos em dívida ativa ou não, ajuizados ou não, inclusive, objeto de outros parcelamentos.

Art. 2º. Poderão ser incluídos no REFICAB V, os seguintes débitos:

I - oriundos de declarações espontâneas ou lançamentos de ofício, desde que os fatos geradores tenham ocorrido até 30 de junho de 2004, relativos aos seguintes critérios:

- a) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU;
- b) Imposto sobre serviços de Qualquer Natureza - ISSQN;
- c) Autos de Infração;
- d) relativos a taxas por utilização de serviços públicos

II - oriundos de ação fiscal pela Secretaria da Fazenda Municipal ou Secretaria de Obras;

III - objetos de litígio judicial ou administrativo, desde que tenham ocorrido até 28 de fevereiro de 2005.





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO
GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo único. Os benefícios previstos neste artigo, não alcançarão débitos:

- I – relativo ao Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI;
- II – relativo a Contribuição de Melhoria.

Art. 3º Os débitos alcançados pelo REFICAB V, poderão ser divididos em até 05 (cinco) parcelas iguais, mensais e sucessivas.

§ 1º O valor das parcelas não poderá ser inferior:

- I – a R\$ 20,00 (vinte reais) para débitos de IPTU;
- II – a R\$ 50,00 (cinquenta reais) para os demais débitos;
- III – na hipótese do contribuinte possuir mais de um imóvel em Cabedelo, este poderá reuni-los em um único parcelamento.

Art. 4º. O parcelamento dos débitos tributários poderá ser feito em 03 (faixas) faixas, diferenciadas de acordo com a quantidade de parcelas escolhidas, observado a limitação estabelecida no artigo anterior.

Parágrafo único. A redução da multa e dos juros de mora para pagamento do crédito tributário incluído no REFICAB V, será calculada em função do número de parcelas, nas seguintes condições:

I – primeira faixa – para os contribuintes que optarem pelo pagamento à vista, será concedida redução de **90%** (noventa por cento) sobre o total de juros de mora, e de **90%** (noventa por cento) sobre o total das multas;

II – segunda faixa - para contribuintes que optarem pelo pagamento dividido em 02 (duas) parcelas, será concedida redução de **80%** (oitenta por cento) sobre o total de juros de mora, e de **80%** (oitenta por cento) sobre o total das multas;

III – terceira faixa - para contribuintes que optarem pelo pagamento dividido em até **05** (cinco) parcelas, será concedida redução de **70%** (setenta por cento) sobre o total dos juros de mora, e de **70%** (setenta por cento) sobre o total das multas, sendo a primeira parcela 40% (quarenta por cento) do valor do débito negociado e o restante em 04 (quatro) parcelas iguais.

Art. 5º. A inclusão do crédito do REFICAB V, somente produzirá seus efeitos legais após o pagamento da primeira parcela, que deverá ser efetivado no ato da adesão ao programa.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO
GABINETE DO PREFEITO

§ 1º É de competência exclusiva da Procuradoria Jurídica de Cabedelo, emitir autorização para que o contribuinte que esteja sendo executado possa aderir ao programa, para com isso poder ser feita a negociação dos débitos remetidos anteriormente para cobrança judicial.

§ 2º Os pedidos de suspensão e extinção dos processos em fase de execução, ficam condicionados à comprovação da quitação, total ou parcial do débito, mediante Documento de Arrecadação Municipal – DAM, devidamente autenticado pelos órgãos Arrecadores credenciados pela Fazenda Municipal;

§ 3º Os pedidos referidos no parágrafo anterior serão feitos exclusivamente pela Procuradoria Municipal de Cabedelo, quando for feita a apresentação da comprovação de pagamento representado pelo DAM.

§ 4º tratando-se de crédito tributário com execução fiscal já ajuizada ou de parcelamento em que haja sido apresentada garantia, sua inclusão ao REFICAB V não dispensará a garantia apresentada.

Art. 6º. Os parcelamentos em atraso sujeitar-se-ão aos acréscimos legais previstos no Código Tributário Municipal de Cabedelo.

Art. 7º. A adesão ao REFICAB V implicará:

- I – em confissão irrevogável e irretroatável dos débitos fiscais;
- II – em expressa renúncia a qualquer defesa, recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos.

Art. 8º. O inadimplemento de 03 (três) parcelas consecutivas ou não, implicará na exclusão ao REFICAB V, e na perda do benefício de redução da multa e juros de mora, referentes às parcelas não pagas.

I – a exclusão ao REFICAB V, implicará na exigência imediata do total do saldo remanescente do débito tributário;

II – nos casos previstos no inciso I deste artigo, entende-se por saldo remanescente as parcelas não quitadas até a data da exclusão ao programa.

Art. 9º O prazo para a adesão ao REFICAB V será a partir do dia 27 de dezembro de 2004, estendendo-se até o dia 28 de fevereiro de 2005.

Parágrafo único. Este prazo poderá ser estendido por mais 180 (cento e oitenta) dias, através da publicação de Decreto do Poder Executivo.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO
GABINETE DO PREFEITO

Art. 10. O disposto nesta Lei não gera direito à restituição ou compensação de importâncias já pagas.

Art. 11. É vedado a Secretaria da Fazenda Municipal utilizar qualquer demonstração de débitos de tributos municipais pelo sistema informatizado ou mediante a emissão de DAM (Documento de Arrecadação Municipal) em que constem cálculos de correção monetária, extinta por legislação federal.

Parágrafo único. A utilização desta prática implica em crime de responsabilidade do agente responsável pelo serviço de arrecadação.

Art. 12. Após sua publicação, esta Lei terá seus efeitos retroativos a data de 27 de dezembro de 2004.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal de Cabedelo (PB), aos 02 de fevereiro de 2005; 183º da Independência, 116º da República e 49º da Emancipação Política Cabedelense.

JOSÉ FRANCISCO RÉGIS

Prefeito